

CONTROLE SOCIAL E COMBATE À CORRUPÇÃO

RESUMO:

Envolver os cidadãos no combate às condutas ilegais foi o objetivo do Evento “Controle Social e Combate à Corrupção”, promovido pela Rede de Controle da Gestão Pública e o Movimento Paraná Sem Corrupção, no dia 10/9/14, com o apoio do UniBrasil Centro Universitário. A rodada de palestras sobre o tema reuniu estudantes, professores e demais cidadãos, enfatizando a importância da participação à construção de uma sociedade civil correta e transparente por meio do debate e da troca de informações.

AUTOR:

Marta Marília Tonin - Professora do Curso de Direito do UniBrasil Centro Universitário.

O coordenador do curso de Administração, Prof. Cláudio Skora, abriu o evento apresentando os resultados da pesquisa “A percepção dos universitários frente à corrupção”, por ele conduzida, com o apoio dos docentes e coordenadores dos Cursos de Administração, Direito, Secretariado Executivo, Ciências Contábeis e Sistemas de Informação. A enquete buscou identificar junto aos universitários o posicionamento perante algumas atitudes cotidianas da sociedade que são consideradas como atos de corrupção. Ao todo foram aplicados 1840 questionários, sendo 1145 entre os alunos do Curso de Direito e 695 respondentes da Escola de Negócios. Por meio desta amostra pode-se verificar como os acadêmicos procedem em relação a situações envolvendo sonegação fiscal, suborno, favorecimento, clientelismo, nepotismo e fraude. Skora comentou que “com base nestas informações os professores poderão planejar atividades pedagógicas visando proporcionar a correta compreensão do assunto. O curso de Administração, como signatário do PRIME, possui compromisso com o Pacto Global e um deles é combater a corrupção. Abordando o assunto em sala, de forma correta, podemos formar melhores administradores para a sociedade”.

A rodada de palestras iniciou-se com Moacir Rodrigues de Oliveira, chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), falando acerca da competência, atuação e importância da CGU, esclarecendo tratar-se de um órgão de Estado (e não de Governo), atuando em diversas frentes: controle interno do Poder Executivo Federal, correição; ouvidoria geral da União e prevenção da corrupção. Enfatizou, ainda, que a Auditoria e Fiscalização alcançam todos os órgãos que se utilizam de recursos federais, fazendo, inicialmente, uma abordagem sobre os impeditivos ao combate à corrupção no Brasil. Dentre eles citou o Aparentamento do Estado; as Emendas Parlamentares; o Foro Privilegiado; os Sigilos Fiscal, Bancário e Processual (configurando-se numa proteção para o “homem de bem”) e a Lei Processual brasileira, mencionando que esta tem que ser melhorada em prol da sociedade brasileira.

Citando a participação da CGU na melhora do marco regulatório, mencionou a Lei Anti-Corrupção, também conhecida como “Lei de Empresas Limpas”, instrumento que, além de garantir ambiente negocial mais seguro e saudável competitividade, prevê a responsabilização das empresas envolvidas em atos de corrupção, podendo, até mesmo, culminar com a extinção das mesmas. Destacou, também, a Lei de Acesso à



Informação, ressaltando seu viés garantidor de transparência e accountability.

Frisou que ninguém fiscaliza o que não conhece e que, para combater eficazmente a corrupção, a CGU criou, dentre outros, os Programas: “Olho vivo no dinheiro público”, que visa capacitar os Conselheiros Municipais; Programa de “Fortalecimento da Gestão”, destinado à capacitação de servidores municipais; Programa “Debate Acadêmico”, voltado aos universitários, e Programa “Um por todos, todos por um”, que, adequado ao projeto pedagógico da respectiva série e ano, e utilizando-se dos personagens do Maurício de Souza, envolve alunos e professores na discussão da cidadania para despertar o comportamento cidadão da comunidade escolar, e, até mesmo, dos familiares.

Ressaltou que a CGU-Regional/PR, no cumprimento de sua Missão Institucional, conta com a parceria das instituições pertencentes à Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná. Finalizou dizendo que, cada vez mais, se faz necessário trazer a sociedade e os cidadãos para discutir o tema da corrupção.

Em seguida falou o Promotor de Justiça do MPPR, Eduardo Cambi, sobre a Corrupção e Educação. Frisou que a corrupção é um mal social, incorporado, culturalmente, pelos cidadãos e que no Brasil ela é sistêmica porque está enraizada na formação oligárquica do Estado patrimonialista. Que o ciclo da corrupção é marcado pelos crescentes custos das campanhas eleitorais, pelo financiamento privado de poderosos grupos econômicos e pelo tratamento privilegiado dos investidores nas decisões que envolvem fundos e políticas públicas. Porém, segundo ele, não basta alterar o modelo de financiamento eleitoral e reprimir a corrupção; é preciso investir na educação para

o exercício da cidadania, pois, sem cidadãos conscientes do seu papel ativo na sociedade, a democracia e a política não são capazes de atender os anseios do bem comum.

Frisou que a democracia está baseada na ideia de que todos os cidadãos podem influenciar, com seu voto, de modo igual, o processo de escolha política, independentemente de sua condição econômica, credo, raça ou orientação sexual. Portanto, conferir às pessoas jurídicas, que não são titulares de direitos políticos, o poder de financiar o processo eleitoral abala o exercício da cidadania e compromete a soberania popular, pois representa a influência do poder econômico sobre a vontade do eleitor, gera desequilíbrio no processo eleitoral e quebra o princípio da igualdade jurídica.

Segundo Cambi, o comportamento dos eleitores pode contribuir significativamente para o ciclo da corrupção. Por exemplo, quando se troca o voto pelo recebimento de favores pessoais, promove-se o processo de privatização da política. Isto é, a política deixa de ser o caminho para atender os interesses comuns da sociedade ou para pensar sobre o seu futuro, para servir de meio de satisfação de objetivos individuais. Como consequência, políticos desonestos são reeleitos, recursos públicos são desviados para privilegiar os grandes grupos econômicos que financiam as campanhas, falta dinheiro para promover políticas públicas indispensáveis à proteção de direitos fundamentais sociais e não se formam as bases sociais necessárias para a realização das reformas que o país precisa.

Contudo, diz ele não ser suficiente reprimir a corrupção. É inadiável educar para o exercício da cidadania construindo cidadãos responsáveis, pessoas menos egoístas, mais

integradas e participantes do processo político-democrático. Os cidadãos devem ser coautores da construção de um país melhor e mais justo para todos. O futuro do Brasil, sem educação para o exercício da cidadania, continuará condenado pela corrupção. É pela falta de conhecimento ou de exercício efetivo dos deveres e dos direitos fundamentais que a apatia se generaliza, a democracia é enfraquecida, os controles sociais ficam diluídos e o modelo social brasileiro se mantém caracterizado pelo patrimonialismo, pelo individualismo, pela desigualdade e pela injustiça. Educar para o exercício da cidadania inclui a aproximação da teoria com a prática. As escolas precisam ser espaços democráticos, para poderem discutir as questões de interesse coletivo e agirem para melhorar a sociedade. Formar cidadãos vai além do ensino de conhecimentos teóricos sobre direitos fundamentais e o funcionamento das instituições políticas. Os ideais democráticos devem ser postos em prática para que os valores éticos se fixem na base cultural da sociedade.

Ainda segundo Cambi, a socialização política é um processo de aprendizado acumulativo que, intensificado na infância e na juventude, permite assimilar códigos amplos de normas e crenças que se transmitem de geração em geração. A escola pode não apenas reproduzir a ordem social vigente (marcada pelo individualismo, pelo consumismo, pela separação de classes sociais e pela apatia do cidadão), mas, principalmente, contribuir para melhorar a sociedade, orientando a transição ética e axiológica entre o passado e o futuro.

Disse que a educação para a cidadania, voltada para a promoção da democracia e da coesão social, não termina na escola. Também deve envolver os meios de comunicação de massas, a educação familiar, o setor produtivo e os órgãos públicos. Isto porque a cidadania plena e ativa depende da capacidade de apreender durante toda a vida.

Concluiu citando Paulo Freire: A educação não muda a realidade. Ela muda os homens. E estes mudam a realidade.

Por fim, o tema “Área Livre de Corrupção” foi ministrado por Ney da Nóbrega Ribas, vice-presidente do Observatório Social do Brasil, ONG que nasceu em Maringá/PR; não recebe recursos públicos e nem aceita vínculos políticos partidários. Iniciou explicando que um Observatório Social é um espaço democrático e apartidário; que reúne o maior número de entidades representativas da sociedade civil; com vistas a contribuir para a melhoria da gestão pública; atuando em favor da transparência e da qualidade na aplicação dos recursos públicos; por meio de metodologia de monitoramento das licitações em nível municipal e de ações de educação fiscal. A Rede OSB possui quatro eixos de atuação: gestão pública, educação fiscal, ambiente de negócios e transparência.

Destacou que os Observatórios Sociais são organizados em rede, coordenada pelo Observatório Social do Brasil, que assegura a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais. A Rede OSB de Controle Social está presente em 75 cidades, em 13 Estados brasileiros. Por fim declamou o Hino da Cidadania (letra abaixo) e conclamou todos para o lema “Sou Brasileiro: sou uma área livre de corrupção”.

O evento teve grande importância acadêmica e a rodada de palestras atingiu seu objetivo, isto é, envolver todos os presentes no tema do combate às condutas ilegais.